

Análise das Interações da Audiência Pública da CMA sobre a Destinação de bens e multas ambientais aos municípios (PL 5142/2019) – 07/05/2025 – Gerado por IA

O presente resumo consolida as **68 perguntas e comentários recebidos dos cidadãos** durante a audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente em 07 de maio de 2025. O objetivo é oferecer uma visão geral das perspectivas do público sobre o Projeto de Lei 5142/2019, que propõe a destinação de bens e multas ambientais aos municípios, visando o fortalecimento da gestão ambiental local.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 68

Temas principais:

- 1. Efetividade e Impactos Socioambientais e Econômicos do PL (28%):** As interações tratam de como o PL contribuirá para a melhoria da conservação, fiscalização e recuperação ambiental, o desenvolvimento sustentável, e quais serão os impactos positivos ou negativos (como a autonomia financeira municipal e riscos da descentralização) nas comunidades e na economia local.

Exemplo: "De que forma a destinação de bens e multas ambientais aos municípios pode impactar positivamente as comunidades locais? CARLA M. (SP)"

- 2. Governança, Transparência e Controle na Aplicação dos Recursos (25%):** As interações refletem preocupações significativas sobre como será garantida a correta aplicação dos recursos, a prevenção de fraudes e desvios, a transparência nos processos e o controle social sobre o uso das verbas e bens.

Exemplo: "O projeto prevê conselhos ou mecanismos de transparência para o acompanhamento da destinação dos recursos?" KELLY A. (MG)

3. Destinação e Priorização dos Recursos (18%): As interações agrupam sugestões e questionamentos sobre para onde especificamente os recursos devem ir, incluindo propostas para educação ambiental, reparação de danos, fiscalização, prevenção, atendimento a comunidades específicas (como indígenas) e critérios para distribuição dos valores.

Exemplo: *"Na minha opinião, os valores arrecadados devem ser usados EXCLUSIVAMENTE para a reparação dos danos, reflorestamentos, limpezas de rios, etc"* FLAVIA B. (ES).

4. Manifestações Gerais de Apoio, Preocupações Amplas e Outras Sugestões (15%): As interações incluem comentários de apoio à iniciativa do PL, sugestões mais amplas como endurecimento de punições, necessidade de maior aporte municipal na fiscalização, e preocupações gerais sobre a burocracia ambiental ou o funcionamento de leis ambientais.

Exemplo: *"Excelente iniciativa, que incentiva o município a cuidar de suas áreas de preservação"*. FLAVIA F. (SP)

5. Capacidade Técnica e Estrutural dos Municípios (7%): As interações expressam dúvidas sobre se os municípios possuem a estrutura e o corpo técnico necessários para gerenciar adequadamente os bens e recursos provenientes das multas, e se haverá apoio para isso.

Exemplo: *"Muitos municípios não têm capacidade técnica para gerir os recursos devido a falta de estrutura. Qual mecanismos serão criados?"* EDSON D. (BA)

6. Esclarecimentos sobre o PL e Casos Específicos (7%): As interações contêm perguntas diretas buscando entender o escopo do PL ou como ele se aplicaria a situações particulares, como multas em casos de incêndio ou quando o próprio município é o infrator.

Exemplo: *"Como ficam as multas nos casos de incêndio criminoso ou não?"* MANOEL V. (MG).

Em resumo, as participações dos cidadãos na audiência pública sobre o PL 5142/2019 demonstram um engajamento considerável com a proposta. Os posicionamentos variaram entre o apoio ao princípio da descentralização de recursos para a área ambiental e a forte preocupação com a efetiva aplicação desses fundos. Destacaram-se como temas centrais a necessidade de mecanismos robustos de governança, transparência e controle para evitar desvios; a busca por garantias de que o PL resultará em melhorias concretas na conservação e reparação ambiental local; questionamentos sobre a capacidade técnica dos municípios para gerenciar os recursos; e sugestões para a priorização da destinação das verbas, incluindo educação ambiental e fiscalização. A opinião pública, portanto, sinaliza apoio à intenção do projeto, mas demanda clareza e salvaguardas em sua implementação.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página (<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33621>).